

ENCARTE ESPECIAL - MEMÓRIA ELEITORAL

Texto encaminhado ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, des. Marco César Müller Valente, pela escritora, jornalista e ex-funcionária Geraldina Bejar Peixoto Marx, que utiliza o pseudônimo literário Geraldina Marx. É autora dos livros: Meu Marido Voltou, Porto do Remanso, As Humildes e Viagens do Arco da Velha, lançado mais recentemente.

Reminiscências do antigo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Nesta fase eleitoral do tão acirrado pleito que se desenrola em São Paulo, eu, nos meus 95 anos de idade, acho oportuno testemunhar, não só como jornalista (a mais antiga em atividade virtual atualmente) mas também na condição de antiga funcionária da Justiça Eleitoral, tendo participado da primeira apuração das eleições de 1933 nesta capital. Ocorre que, nos primórdios da instalação desse nobre Tribunal, nos idos de 1932-1933, a constituição orgânica era muito precária, pois o Tribunal estava sendo montado provisoriamente no Palácio da Justiça em salas cedidas por aquele órgão. A princípio havia uma sala maior onde se amontoavam os poucos funcionários contratados em folha de pagamento eventual da Secretaria da Segurança (da Polícia, como se dizia então). Tratando-se de um novo órgão federal a ser instalado, dependente da sede na capital federal de então, ou seja no Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo prestava grande assistência fornecendo a princípio todas as formas de auxílio para o bom funcionamento. Carros foram postos à disposição da Presidência e da Secretaria. Alguns funcionários de outras repartições eram requisitados. O material eleitoral necessário também chegava fornecido pelo Superior Tribunal do Rio. Lembro-me que um ginásio



Apuração das eleições para a Assembléia Constituinte, em 1933. Ao centro o Des. Affonso José de Carvalho, então presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral de São Paulo, e Carlota Pereira de Queirós, que viria a ser eleita, no pleito, a primeira deputada federal da história política brasileira. À extrema direita, de óculos, Julio Samuel Marx, Secretário da Mesa Apuradora.

público escolar do Estado servia para o depósito das urnas. Igualmente eram requisitados os guardas civis para a guarda tanto dos colégios eleitorais fora da sede, como também nos corredores junto às salas precárias onde funcionasse qualquer seção pertinente à matéria em causa. Contudo, apesar da boa acolhida e colaboração do Estado, o processo eleitoral daquele tempo era incipiente.

Cumprir-me aliás mencionar os fatores prejudiciais daquela fase pré-ditadura de Vargas, quando São Paulo, a partir de 30, vivia sempre num clima de arruaças e inquietações. Desde a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, a situação era de desassossego e caminhava para uma desastrosa crise em consequência dos reflexos que atingiam o país. O comércio sofreu provocando a queda que ocasionou o desemprego e fechamento das lojas menores que não suportavam mais o lance insustentável. Naquela época eu fiquei desempregada após o trabalho de longos anos na Joalheria La Motta (onde conheci o insigne poeta Cassiano Ricardo que posteriormente me lançaria no Rio como escritora e jornalista). Em 1930, com o advento da Aliança Nacional Libertadora que iniciava a sua marcha partindo do Sul, surgia a figura carismática de Getúlio Vargas e desde então a cidade de São Paulo vivia dias de desordens e correrias no centro e até com empastelamento de jornais. Uma turba barulhenta e agressiva cometia distúrbios e vandalismos.

Às vezes ocorriam tiroteios. Vi certa vez os soldados que permaneciam no Palácio do Pátio do Colégio, atirando pela rua Anchieta. Foi quando me assustei tremendamente vendo um homem cair morto e outro com a perna destroçada pela famosa bala dum-dum. Daí foi a invasão dos gaúchos revolucionários na cidade e depois a nossa Revolução Constitucionalista de 1932, gloriosa em seus efeitos (embora malograda e frustrada no resultado material com a morte de bravos paulistanos).

Lutava-se principalmente por um novo regime constitucional onde pudéssemos ter um governador civil e paulista, eis que só tínhamos interventores tais como João Alberto e o General Castilho de Lima, os quais, embora bem intencionados, eram mal recebidos como adventícios. O Tribunal começou a reorganizar-se e foi quando comecei a trabalhar em meu primeiro emprego público, que viria envolver-me emocionalmente em minha vida íntima eis que ali conheci aquele que veio a ser o meu esposo pelo caminho de nossas vidas - Júlio Samuel Marx.

O Tribunal tinha um espaço exíguo nessa parte do expediente administrativo e nele se movimentavam os funcionários, arregimentados sem qualquer formalidade funcional a princípio, apenas para servirem na contingência. Em um andar superior, havia o salão nobre onde se instalava o presidente. Havia ainda outro espaço com acesso para os candidatos, o público e os fiscais do pleito. O espaço destinado à primeira apuração era menor, mas cercado de um corrimão rústico de tábuas. E ali se instalava numa mesa visível aos de fora, a urna que seria aberta, pois refiro-me à apuração oficial de votos.

ENCARTE ESPECIAL - MEMÓRIA ELEITORAL

A mesa apuradora, ou seja, a dos membros do Tribunal, era formada sob a presidência do insigne Ministro Afonso José de Carvalho e os juizes Jorge Araújo Veiga, Victor Freire, o secretário da Mesa Júlio S. Marx, e os auxiliares, Branca Baillot, Josefina Scaramuzza e esta que vos escreve.

Depois, a votação era feita na parte inferior em uma sala aberta ao público com alguns mesários e outros auxiliares. Os candidatos ficavam acompanhando cada voto que era retirado da urna. Os fotógrafos dos jornais batiam os flashes e tudo era registrado naquele anacronismo de 73 anos atrás. A contagem dos votos era vigiada e posteriormente eram transcritos de um a um nos cadernos encapados de couro, onde iam sendo apontados por escrito à mão, no registro de cada candidato. As folhas eram rubricadas e verificadas com todo o aparato diante dos assistentes.

Lembro-me das deputadas Alayde Borba e Carlota Pereira de Queiroz. Todavia, existia uma certa resistência em apoiar as mulheres, pois a discriminação ao trabalho intelectual era manifesta. A primeira advogada que conheci, Adalgiza Bittencourt, era criticada com ironia. Pagú (a escritora e militante política Patrícia Galvão) sofreu com a incompreensão, sendo julgada por seu idealismo.

Posteriormente passei para outro emprego público onde servi até aposentar-me no Instituto de Café do Estado de São Paulo, exercendo ao mesmo tempo a militância jornalística.

O Tribunal continuou então a funcionar com todo o seu prestígio até 1937 quando já no Estado Novo, Getúlio terminou com os Tribunais, passando no “curto espaço de 15 anos” (como se ironizava então) a ditariar no Brasil.

Só quando terminou a ditadura foi que o Tribunal de São Paulo voltou a reorganizar-se. Lembro-me que nessa fase meu esposo, que passara a servir no Itamarati, do Rio, mantinha contato com o inesquecível Ibsen da Costa Manso em São Paulo. Júlio acompanhava as seções da Câmara e Senado e pôde alertar o secretário do Tribunal de São Paulo quanto à verba eleitoral que estava sendo votada e destinada aos quatro maiores Estados eleitorais, eis que os Estados menores, como é óbvio, teriam que receber menor contribuição. Júlio Marx comunicou a São Paulo que o senador Apolônio Salles, relator, mencionara a distribuição da verba aos principais Estados, porém para São Paulo diminuira a verba. O secretário Costa Manso remeteu urgentemente ao meu esposo subsídios comprovando o número do eleitorado e todas as necessidades do maior Estado eleitoral que é São Paulo e que estaria sendo espezinhado mais uma vez.

Júlio Marx recebeu por avião toda a matéria e fez a entrega ao senador Marcondes Machado, que na sessão solene do Congresso fez um discurso justificando e defendendo São Paulo, naquela circunstância. Foi então que o senador Apolônio Salles, num gesto sobranceiro e ar condescendente, como se fizesse um grande favor a São Paulo, exclamou: “diante

do brilhante discurso do senador Marcondes Machado, eu concordo”.

Como paulistana que sou, defenderei sempre a soberania da minha terra assim como fiz quando cosia polainas para os soldados constitucionalistas, e a defenderei de qualquer adventício que venha e tente desprestigiá-la, bem como acolherei aquele que aqui vier para honrar e respeitar a dignidade de nossa São Paulo.

Lembro-me que o então conhecido Tenente Cabanas, candidato a deputado, tinha a irmã Mercedes como sua representante e a mais recalcitrante, criando polêmicas a todo o momento, principalmente quando começou a notar a escassez de votos ao mano. Foi curioso quando depois, diante da indiscutível derrota, declarou ressentida que não compreendia como o povo paulista não reconhecia o seu herói. Referia-se à atuação de Cabanas na Revolução de 1924. Como se aquela invasão não tivesse causado tanta desgraça provocada exatamente por aquela estúpida revolta da qual ele fora um dos causadores e participantes!

Para encerrar, cabe-me uma vez mais louvar o TRE, órgão que é o baluarte da democracia e merece todo o respeito e encômios pela sua brilhante atuação, quer pela Egrégia Presidência, como pelos esforçados funcionários que, principalmente agora neste pleito disputado, se desdobram para o bom desempenho desta renhida marcha de eleições.

Geraldina Marx
Escritora e jornalista



Geraldina Marx, jornalista e escritora. Foi funcionária nos anos de 1933 e 1934 na primeira fase da Justiça Eleitoral (1932-1937).